



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 17 de dezembro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,84% São Paulo	129.593	R\$ 6,094 (+ 0,99%)	R\$ 1.412	R\$ 6,405	12,15%	12,19%	Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39
0,25% Nova York	123.560	10/dezembro 6,048 11/dezembro 5,955 12/dezembro 6,007 13/dezembro 6,031					

CONJUNTURA

Autoridade monetária inunda o mercado ao vender mais US\$ 4,6 bilhões, só que desconfiança dos agentes financeiros com a falta de avanços nas negociações para votação do pacote de corte de gastos mantém a pressão sobre a moeda norte-americana

BC joga pesado, mas dólar não cede: R\$ 6,09

» ROSANA HESSEL
» RAPHAEL PATI

Mesmo com o Banco Central (BC) realizando mais uma intervenção no câmbio, ao colocar à venda mais US\$ 4,6 bilhões pela manhã — US\$ 1,6 bilhão no mercado à vista, o maior valor desde março de 2020 —, o dólar manteve-se forte e bateu outro recorde. A moeda norte-americana fechou o primeiro pregão da semana cotado a R\$ 6,094, com alta de 1,04% no dia. Na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o contrato de dólar futuro subiu outros 1,04% e era negociado a R\$ 6,111 para a venda.

A piora do quadro fiscal foi um dos principais motivos para a resistência no câmbio. Os agentes financeiros estão preocupados com o fato de que o governo não consegue avançar nas negociações para a votação do pacote de corte de gastos, anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no mês passado.

Depois de visitar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Paulo, Haddad teve reunião com líderes do governo, mas não avançaram na tramitação do pacote das medidas fiscais que prevê um corte de cerca de R\$ 70 bilhões de despesas. O impacto dessas medidas ainda é incerto, pois há estimativas de que o governo conseguirá uma economia de pouco mais da metade do montante — entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões.

Haddad saiu do encontro com Lula afirmando que o presidente fez um apelo para que as propostas não fiquem ainda mais desidratadas. Em reunião do ministro com líderes do Congresso, não houve definição de data para a votação do pacote fiscal. Analistas demonstram aumento da preocupação com a perspectiva de que só será votado em 2025.

“Está parecendo que esse pacote não vai sair neste ano. O mercado está colocando mais uma vez isso no preço”, lamenta Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. Ele lembrou que o dólar abriu a semana mais valorizado por conta das expectativas do mercado em relação à reunião do comitê de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), hoje e amanhã. Contudo, as declarações do presidente eleito dos EUA, Donald Trump, criticando o Brasil, também ajudaram a fazer com que o dólar não mudasse de patamar.

Novo patamar

A mediana das projeções do mercado para o dólar no fim deste ano coletadas no boletim Focus, do BC, passou de R\$ 5,95 para R\$ 5,99 — para os anos seguintes, o novo piso da moeda está em R\$ 5,70. Em 2025, a previsão para a moeda norte-americana passou de R\$ 5,77 para R\$ 5,85, mas analistas não descartam que o dólar comercial siga negociado acima de R\$ 6 por conta, principalmente, do aumento de incertezas sobre o quadro fiscal.

“Tudo indica que o dólar

atingiu um novo patamar e deverá ficar em torno de R\$ 6 por um período mais prolongado”, projeta Fernando Honorato, diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco.

Os economistas do banco estão debruçados sobre as planilhas, refazendo as projeções macroeconômicas desde a semana passada, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic para 12,25% ao ano — e informou que haverá mais duas altas da mesma magnitude. Segundo analistas, isso indica que a taxa básica deverá subir para 14,25% ao ano, até março de 2025, o que impactou nas projeções para os próximos anos.

A mediana das projeções do mercado passou de 13,50% para 14%/ano, no fim de 2025. Pelas novas estimativas do Focus, os juros básicos seguirão acima de 10% até dezembro de 2027. Para 2026, as perspectivas para a Selic subiram de 11% para 11,25% anuais.

De acordo com especialistas, os juros futuros seguem em alta e é provável que a Selic possa chegar a 16%, para que a inflação oficial recue para o centro da meta, de 3%, na primeira metade de 2026. Ontem, por exemplo, os contratos com vencimento em janeiro de 2025 passaram de 15,05% para 15,25% ao ano.

No vermelho

Ainda segundo o Focus, as previsões do mercado para o resultado primário das contas públicas seguem no vermelho até 2027, rompendo o piso inferior da meta fiscal, que permite um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Enquanto isso, o Índice Ibovespa (Ibovespa) encerrou o pregão de ontem em queda de 0,84%, aos 123.560 pontos. Conforme dados da consultoria Elos Ayta, com esse desempenho de dezembro, a B3 caminha para o pior quarto trimestre do Ibovespa desde 2014.

Até o fechamento de ontem, o índice acumulava queda de 6,26%, superando o declínio de 5,55% registrado no mesmo período de 2021 — rivalizando com a forte retração de 7,59% de 2014.

“Esse desempenho negativo contrasta fortemente com os trimestres finais dos últimos anos, que apresentaram ganhos expressivos, como os 15,12%, de 2023, e os impressionantes 25,81%, de 2020, marcando um dos melhores encerramentos trimestrais da série histórica”, destaca Einar Rivero, CEO da Elos Ayta.

Para Luciano Nakabashi, professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, o cenário fiscal é o grande problema observado pelos agentes do mercado, alinhado com a trajetória da dívida em relação ao PIB. “A trajetória tem sido insustentável. Mesmo com o crescimento da economia e a arrecadação recorde, o gasto vem aumentando mais e o governo não mostra grande disposição em fazer esse controle de forma como deve ser feito para estabilizar a relação dívida-PIB. E trazer mais confiança por parte dos agentes econômicos”, avalia.

Andrew Harnik/Getty Images via AFP



Vamos tratar as pessoas de forma muito justa, mas a palavra 'recíproco' é importante. A Índia nos cobra 100% e não cobramos nada pela mesma coisa. Eles mandam uma bicicleta para nós, nós mandamos uma bicicleta para eles, eles nos cobram 100, 200. A Índia cobra muito. O Brasil cobra muito. Quem nos taxar, taxaremos de volta”

Donald Trump, presidente eleito dos Estados Unidos

Trump ameaça taxar Brasil e Índia

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, defendeu, ontem, suas propostas para elevar tarifas de produtos estrangeiros. Conforme disse, as medidas são uma resposta a países que tributam as exportações americanas. Ao citar exemplos de nações que teriam taxas elevadas, citou Brasil e Índia.

“Vamos tratar as pessoas de forma muito justa, mas a palavra ‘recíproco’ é importante, porque se alguém nos cobra... A Índia nos cobra 100% e não cobramos nada pela mesma coisa. Eles mandam uma bicicleta para nós, nós mandamos uma bicicleta para eles, eles nos cobram 100, 200. A Índia cobra muito. O Brasil cobra muito. Se eles querem nos cobrar, tudo bem. Quem nos taxar, taxaremos de volta. Tarifas farão nosso país rico”, afirmou, em uma coletiva em Mar-a-Lago — resort na

Flórida do qual é proprietário —, a primeira desde que foi eleito.

Questionado sobre o impacto inflacionário da imposição de novas tarifas, Trump respondeu que em seu primeiro mandato elevou uma série de tarifas, e que isso não aumentou a inflação. Ele defendeu, ainda, uma série de outras medidas de seu antigo governo, especialmente os cortes de impostos.

As exportações brasileiras para os EUA atingiram US\$ 19,2 bilhões nos seis primeiros meses deste ano — percentual 12% maior do que o exportado no primeiro semestre de 2023. Pela primeira vez, Trump incluiu o Brasil entre as nações que ele acredita não darem reciprocidade tributária. Na campanha presidencial, as críticas que fazia eram habitualmente voltadas para a China, o México e o Canadá.

De acordo com observadores das relações geopolíticas, a

crítica de Trump à Índia e ao Brasil seria um recado aos Brics — bloco que reúne, ainda, China, Rússia e África do Sul como membros fundadores. O bloco avançou este ano com a adesão de Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã (a Arábia Saudita ainda não oficializou a entrada) e quer como nações associadas Cuba, Bolívia, Turquia, Nigéria, Indonésia, Argélia, Belarus, Malásia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã e Uganda.

Trump, porém, mudou o tom em relação à China. Fez elogios ao presidente Xi Jinping, ainda que não tenha confirmado a presença do chefe do governo chinês em sua posse. Segundo o presidente eleito, ambos contavam com uma boa relação quando estava na Casa Branca, mas a pandemia alterou a situação. Disse ainda que Xi é um amigo e que “China e EUA podem resolver todos os problemas do mundo”.

Relação dívida-PIB supera 81% em 2027

O Tesouro Nacional publicou, ontem, a primeira edição do Relatório de Projeções Fiscais deste ano, com dados ainda referentes ao primeiro semestre. De acordo com o documento, a projeção da relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o Produto Interno Bruto (PIB) deve atingir 81,6%, em 2027, para depois se estabilizar no ano seguinte, e começar a cair a partir de 2029.

Para 2024, a Secretaria do Tesouro estima avanço dessa relação para 77,7%. Isso representa um avanço de mais de três pontos percentuais na comparação com o ano anterior, quando a dívida bruta chegou a 74,3%.

No relatório, o Tesouro

responsabiliza a taxa básica de juros elevada — atualmente em 12,25% — e o déficit primário nas contas públicas como principais causas para o aumento dessa relação.

“Em comparação com o relatório publicado em março, o cenário para a DBGG do presente relatório mostra valores mais altos ao longo da trajetória, em função, principalmente, de uma taxa de juros mais elevada nos primeiros três anos da trajetória de

77,7%
é o percentual estimado pelo Tesouro para a projeção da relação dívida-PIB para este ano. Avanço é de mais de 3 pontos em relação ao ano passado

projeções”, observa.

Após atingir o pico em 2027, o Tesouro avalia que a trajetória da relação Dívida-PIB recua a 81,1%, em 2029, até chegar a

75,6% ao final de 2034, último ano de referência para a análise. Já a Dívida Líquida — que subtrai o valor dos ativos do governo — também deve atingir o ponto máximo em 2027, em 69%.

O Tesouro projeta que as despesas totais do governo

central devem chegar a 19,3% do valor total do PIB, em 2024, resultado pouco inferior à estimativa de 2023, de 19,6% (que desconsidera as últimas revisões do valor da atividade econômica no período). As receitas devem avançar de 17,5% para 18,7% ao final do ano. Vale destacar que o relatório não considera o pacote fiscal enviado pelo governo, ainda em discussão no Congresso.

A projeção do Tesouro para os próximos 10 anos considera um crescimento real médio do PIB de 2,7% ao ano, com crescimento nominal médio da massa salarial de 7,9%/ano, e estabilização da Selic em 6,4%/ano, a partir de 2030. (RP)